

PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MESP/AGU
Nº 28, DE 22 DE MAIO DE 2024

INTERMINISTERIAL ORDINANCE MF/MESP/AGU
No. 28, DATED 22nd MAY 2024

<p>Dispõe sobre atribuições e procedimentos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Esporte e da Advocacia-Geral da União na aplicação da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, observadas as disposições da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023.</p> <p>O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE E O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o art. 1º, inciso X, alínea "f", do Anexo I do Decreto nº 11.907, de 30 de janeiro de 2024, o art. 1º, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 29, § 3º, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, nos arts. 6º e 9º da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e nos arts. 9º e 177 da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, resolvem:</p> <p>Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre atribuições e procedimentos do Ministério da Fazenda, do Ministério do Esporte e da Advocacia-Geral da União na aplicação da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, observadas as disposições da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.</p> <p>Art. 2º O procedimento administrativo para o requerimento de autorização para exploração comercial de apostas de quota fixa em todo o território nacional consta de regulamento específico, expedido pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.</p>	<p>Provides for the attributions and procedures of the Ministry of Finance, the Ministry of Sport, and the Attorney General's Office in the application of Law No. 13,756, of 12th December 2018, and Law No. 14,790, of 29th December 2023, in accordance with the provisions of Law No. 14,597, of 14th June 2023.</p> <p>The MINISTER OF FINANCE, the MINISTER OF SPORT, and the ATTORNEY GENERAL, by the authority provided by clauses I and II of the sole paragraph of art 87 of the Constitution, item "f", clause X, art 1, of Annex I of Decree No. 11,907, of 30th January 2024, clause I, Art 1of Annex I of Decree No. 11,343, of 1st January 2023, and clause XI of art 4 of Supplementary Law No. 73, of 10th February 1993, and considering the provisions of paragraph 3, art 29, of Law No. 13,756, of 12th December 2018, arts 6 and 9 of Law No. 14,790, of 29th December 2023, and arts 9 and 177 of Law No. 14,597, of 14th June 2023, resolve:</p> <p>Art 1 This Ordinance provides for the attributions and procedures of the Ministry of Finance, the Ministry of Sport, and the Attorney General's Office in the implementation of Law No. 13,756, of 12th December 2018, and Law No. 14,790, of 29th December 2023, in accordance with the provisions of Law No. 14,597, of 14th June 2023, and Supplementary Law No. 73, of 10th February 1993.</p> <p>Art 2 The administrative proceeding for applying for a license for the commercial exploitation of fixed-odds betting nationwide is set out in a specific regulation issued by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance.</p>
---	---

Art. 3º À Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda compete autorizar a exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa, após a anuência do Ministério do Esporte, que se manifestará no prazo de até quarenta e cinco dias da submissão de que trata o §2º, aplicando-se a regra de aprovação análoga à disposta no inciso IX do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 1º O requerimento de autorização para exploração comercial da modalidade lotérica de apostas de quota fixa será registrado no Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP e submetido ao exame prévio pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

§ 2º Após o exame prévio de que trata o § 1º, o requerimento de autorização será submetido eletronicamente ao Ministério do Esporte.

§ 3º A equipe técnica do Ministério do Esporte terá acesso ao Sistema de Gestão de Apostas - SIGAP com nível de acesso compatível com a análise e manifestação de que trata o caput.

§ 3º Em caso de divergência entre o exame prévio realizado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda de que trata o § 1º e a manifestação do Ministério do Esporte de que trata o caput, a questão será submetida ao Advogado-Geral da União, nos termos do disposto no inciso XI do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 4º Cabe à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda e ao Ministério do Esporte zelar, no âmbito de suas competências, pela integridade da imprevisibilidade dos eventos e dos resultados esportivos, que sejam objeto de apostas de quota fixa.

Parágrafo único. No exercício de sua competência na prevenção e combate às práticas atentatórias à integridade esportiva e ao resultado esportivo de que trata o art. 9º da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, o Ministério do Esporte comunicará a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda sobre os indícios de fato apurado que

Art 3 The Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance is responsible for licensing the commercial exploitation of the fixed-odds lottery betting modality, after approval by the Ministry of Sport, which shall express its opinion within forty-five days following the submission referred to in § 2, applying the similar approval criterion outlined in clause IX of art 3 of Law No. 13,874, of 20th September 2019.

§ 1 The license application to commercially exploit the fixed-odds lottery betting modality shall be registered with the Betting Management System (SIGAP) and submitted to a preliminary review by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance.

§ 2 After the preliminary review referred to in § 1, the license application shall be electronically submitted to the Ministry of Sport.

§ 3 The technical team of the Ministry of Sport shall have access to the Betting Management System (SIGAP) with a level of access compatible with the review and opinion referred to in the caption.

§ 3 (*sic*) In the event of a divergence between the preliminary review conducted by the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance as referred to in § 1 and the opinion of the Ministry of Sport as referred to in the caption, the matter shall be submitted to the Attorney General, in accordance with the provisions of clause XI of art 4 of Supplementary Law No. 73, of 10th February 1993.

Art 4 The Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance and the Ministry of Sport shall ensure, within their respective competences, the integrity and unpredictability of events and sports results that are the object of fixed-odds betting.

Sole paragraph. In exercising its competence to prevent and combat practices that undermine the integrity of sports and sports results as referred to in art 9 of Law No. 14,597, of 14th June 2023, the Ministry of Sport shall notify the Prizes and Betting Secretariat of the Ministry of Finance of any factual suspicions ascertained that undermine the integrity

atente contra a integridade e imprevisibilidade dos eventos e dos resultados esportivos, quando passíveis de aposta de quota fixa, para efeito da aplicação das penalidades de sua competência, previstas no art. 41 da Lei nº 4.790, de 2023.

Art. 5º Cabe ao Ministério do Esporte definir e manter atualizada e, de acesso ao público, a lista das modalidades esportivas e entidades de prática esportiva que podem ser objeto de apostas nos eventos reais de temática esportiva de que trata o inciso I do art. 3º da Lei nº 14.790, de 2023.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Fazenda
ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO
Ministro de Estado do Esporte
JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Advogado-Geral da União

and unpredictability of events and sports results that are object to fixed-odds betting, for the purpose of applying the penalties within its competence, as provided for under art 41 of Law No. 4,790, of 2023.

Art 5 The Ministry of Sport is responsible for defining, maintaining, and providing public access to the list of sports modalities and sporting entities that may be the object of bets on real sports-themed events as referred to in clause I of art 3 of Law No. 14,790, of 2023.

Art 6 This Ordinance shall enter into force on 3rd June 2024.

FERNANDO HADDAD
Minister of Finance
ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO
Minister of Sport
JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
Attorney General